

## Caldeirão: Subsídios à redefinição de sua história

*Eduardo Campos*

A história nutre-se de fatos, de situações que, sob as mais variadas feições, marcam a presença da atividade do homem em seu campo de ação. Mas a compreensão do que acontece, e nesse caso melhor será dizer do que aconteceu, como vem lembrar Paul Veyne, deve ter legitimada sua veracidade.

Dele, isto é, do autor de *Como se escreve a história* (Universidade de Brasília, DF, 1998), outro conceito de que me acudo para direcionar meu pensamento: "A história é, em essência, *conhecimento por meio de documentos* (grifo nosso).

No episódio do Caldeirão, sítio organizado por operosa comunidade constituída de penitentes e que acaba sendo sufocada por enérgica ação policial, o forte das observações dos que dele se têm ocupado não tem sido a presença de documentação hábil.

Ao contrário, ajunte-se: a ausência de fontes confiáveis vem sendo um vezo a agudizar o significado daqueles deploráveis fatos ocorridos em 1936 e 1937, no Cariri, fatos, sem dúvida, que se iniciam no próprio ambiente da propriedade – detalhe que o leitor não deve esquecer –, e vão alcançar inesperado desdobramento com numerosas perdas de vidas humanas em locais mais afastados, algo mensurável pelo menos em boa dezena de quilômetros.

Desse modo, e nessas circunstâncias, dão-se confrontos da polícia com os penitentes em área de conflito que se vai estender até mais de cem quilômetros, sucessos que transbordam da moldura do ecúmeno cearense em direção ao território de estados próximos, quais Pernambuco e Bahia.

Aproveitando a proximidade do assunto, convém esclarecido: os que ao longo dos últimos anos têm se ocupado em relatar o episódio do Caldeirão, acabam por incidir em referências exageradas, procedimento que vigora levemente a caracterizar progressi-

va deformação dos acontecimentos registrados na região, de que resultam numerosos mortos em crescente e exagerada estatística.

Senão vejamos: o Tenente Alfredo Dias, corajoso militar que participou ativamente da luta travada com os penitentes (não na área ocupada pelo Caldeirão, mas na chamada Mata dos Cavalos, o que ocorre em 1937), ao final da refrega pôde contar estendidos no chão, sacrificados, “oitenta cadáveres”, gente que sucumbiu no combate corpo a corpo, em que predominou o uso da baioneta calada. Número de mortos bastante elevado, convém admitido, em se considerando que a tropa em ação era constituída de apenas 45 soldados.

A outra parte da milícia, também integrada por igual número de soldados, depreende-se ter ido pelejar mais distante, na Serra de Ouricuri, abatendo ali, como confusamente relatado, o improvável saldo de mais 400 penitentes mortos. A não ser que para esse combate, de resultado tão inesperado, além dos soldados do contingente originário do Ceará, tenha acudido ali, a reforçar a operação, tropa extra fornecida – pode-se especular – pelo governo pernambucano.

Essa referência não se encaixa bem na narração dos fatos, pois divergem todos os autores de textos a respeito da localização dos confrontos, havendo menção recente (v. em livro das professoras Vilma Maciel e Célia Magalhães, citado adiante) nomeando o lugar *Pau de Colber*, na Bahia, como cenário da luta com a morte de 400 pessoas, o que pode ser tomado como a mesma arrolada de acréscimo ao total de vítimas ligadas à tragédia do Caldeirão.

Em virtude dessas referências, que desconcertam o leitor mais curioso e exigente, tomei a iniciativa de tentar organizar a estatística dos mortos, como repassado pelas mais diversas publicações e comentaristas que escreveram a respeito.

A começar por declarações atribuídas ao então Ten. Cel. Cordeiro Neto, o balanço final de vítimas começa a ter soma diferente (200) daquela originariamente apresentada pelo Tenente Alfredo Dias, 80.

Já na longa e bem escrita reportagem assinada pelo jornalista Tarcisio Holanda (In *Jornal do Brasil*, 1<sup>a</sup> de fevereiro de 1981), se alude a 400 mortos.

Assim, em breve recapitulação, partindo de 80 mortos em combate, tem-se por diante 200, depois 400, quantidade que infelizmente tende a subir, a se conhecer a informação prestada ao repórter Tarcísio Holanda pelo farmacêutico José Geraldo da Cruz, de Juazeiro do Norte. Já aí, em seu dizer, o total de vítimas ascende a 700!

E quanto não bastasse, ainda no mesmo local, isto é, na matéria escrita pelo jornalista cearense para o *Jornal do Brasil*, como antes mencionado, peremptório vem firmar o escritor Jáder de Carvalho: "... ali (na área dos combates) morreram cerca de 1.000 pessoas".

Mais recentemente as professoras Vilma Maciel e Celina Magalhães (*Nordeste Místico, Império da Fé*, Casa de José de Alencar, UFC, Fortaleza) voltam a insistir (e não aludem em que se arri-mam) no registro da morte "de 700 a 1.000 camponeses". E no livro do sr. Airton de Farias (*História do Ceará, dos Índios à Geração Cambeba*, Tropical Editora, Fortaleza, 1997) está dito em negrito que "mais de mil camponeses acabaram assassinados nesse verdadeiro genocídio"(p.208).

A identificação de penitentes como camponeses é uma nova conotação semântica e política, sinal de que em futuro próximo não estaremos longe de ver penitentes confundidos com os "sem-terra".

No caso da estatística dos sucumbidos nos episódios já relatados o mais grave é que o exagero desse tipo de informação não se firma em nenhum documento confiável, parecendo de tudo que se mencionou a respeito mais aceitável a já referida declaração prestada pelo Tenente Alfredo Dias. Na maior parte dos registros os fatos são aumentados de modo desordenado e leviano.

Nesse breve e modesto trabalho move-me tão-só a intenção de chamar a atenção para a frequência desses exageros tantas vezes repetidos por quantos, não por má-fé, posso admitir, mas por desinformação, acabam concorrendo para comprometer o papel do historiador, o de recontar os fatos legitimados em documentos.

Em rigor, por outro lado, discutível a qualificação de "Chacina do Caldeirão", pois naquele sítio os penitentes em verdade sofreram inúmeros vexames, agressões, tiveram as casas de moradia incendiadas, perderam as economias, a tranqüilidade, mas não foram chacinados.

Rememorando os fatos atinentes ao Caldeirão, o historiador Lutigarde de Oliveira Cavalcanti Barros, por sinal muito mal informado, escreve que em 1937 o “Caldeirão é atacado pelo oficial José Bezerra.” E acrescenta: “Diante da ferocidade do ataque de surpresa, o povo do Caldeirão reage travando-se combate a 10 de maio, morrendo José Bezerra”, etc., etc. (In *História do Ceará*, organizado por Simone de Souza, Fundação Demócrito Rocha – UFC, Fortaleza, 4ª edição, 1995, Fortaleza, p.285).

O trabalho ora referido, pelo menos nesse trecho, está eivado de equívocos. Primeiro o oficial não atacou, foi emboscado. Segundo o grave incidente não aconteceu em Caldeirão e sim nas “imediações da serra do Araripe”, no lugar Mata dos Cavalos. A história é amplamente argüida e repetida na reportagem de que me aproveito, o melhor texto jornalístico já escrito a respeito.

Antes de mim o sociólogo e professor Diatahy Bezerra de Menezes – como registrou o repórter Tarcísio Holanda – confessava que depois de cinco anos de pesquisa (sobre o Caldeirão) sentia-se “desolado” em razão de os sobreviventes não saberem “transmitir com fidelidade” informações sobre os fatos “em face dos poucos conhecimentos de que são dotados”

Verdade. Os que se manifestam sobre as ocorrências do Caldeirão e das que dele decorreram – e nem sempre bem esclarecidas –, desdobradas por diante, são confusos e quase sempre exagerados.

Assim, me parece válida a tentativa de contribuir para que deixem de circular tão desencontradas versões a propósito dos fatos de que me ocupo nesta oportunidade, alusões deturpadas não só quanto à destruição de vidas humanas mas pouco ou nada fiéis a detalhes e circunstâncias, como se cada informante, falando ou escrevendo, pretendesse estar sempre indiferente às impropriedades que comete.

Por esse tom de desencontros, por exemplo, vale contar que o sr. José Alves de Figueiredo narra ter sido obsequiado pelo beato José Lourenço com a mão-de-obra de 400 trabalhadores, gente que em dois dias efetuou a limpeza de área agricultável superior a mil hectares, missão hercúlea mesmo para tamanho grupo de pessoas, pois nesse mutirão gigante vai caber para cada homem, em apenas dezesseis horas, o trato de mais de dois hectares. (Já

o sr. Airton Farias, de modo menos modesto, assinala que aqueles 400 trabalhadores trataram de 2.000 hectares! (op. cit., p.205).

Esse mesmo episódio, documentado antes na matéria escrita por Tarcisio Holanda, está repetido pelo mesmo José Alves de Figueiredo, mas já aí com a alteração do número de trabalhadores e área aprazada para o mutirão. Nessa segunda versão não são 400 mas 600 os homens cedidos para limpar e cultivar, e a área reduz-se a 32 tarefas...

Dessa feita a mão-de-obra é flagrantemente exagerada para acudir a tão insignificante área, a não ser, aceite-se o alvitre, que por lapso sr. José Alves de Figueiredo quisesse dizer 320 tarefas... e não 32.

Convém esclarecer: tarefa é medida agrária antiga mas significa, ainda hoje, no interior do Ceará, algo em torno de 3.025 m<sup>2</sup>. Admitidas, *grosso modo*, três tarefas constituindo 1 (um) hectare, e a se aceitar tenham sido 320 e não 32 as tarefas cultivadas pelos penitentes, o campo de trabalho fica aproximadamente do tamanho de 106,66 hectares.

As declarações atribuídas a José Alves Figueiredo, na última versão do episódio, as anotou o escritor Abelardo Montenegro, relatando tê-las ouvido ao sr. Otacílio Anselmo e Silva, e agora aproveitadas por mim para a seqüência dessa análise que me induz pensar na fragilidade de outras referências de dimensionamento da atividade agrícola dos beatos, principalmente lembradas para nomear ou definir o total de cabeças de gados, de aves criadas em cativeiro, de porcos (em torno de 1.500!), e das tarefas de algodão não apenas plantadas mas colhidas, etc., etc., estatística não de raro divulgada para comprovação do esforço do trabalho comunitário no Caldeirão.

Ser-me-á grato saber que essas minhas linhas terão boa acolhida como subsídios a quem, com mais merecimento e disponibilidade de tempo, anime-se a prosperar a revisão de pelo menos os pontos que acabo de mencionar, e que perturbam a realidade do que aconteceu antes e depois no Caldeirão, trabalho a ser exercitado, espero, tendo como objetivo redefinir aqueles sucedidos, libertando a triste mas fascinante história de suas presumíveis distorções...

Quem se dispuser a redefinir a área dos sucessos de Caldeirão, terá de situar com mais adequação os pontos em que se veri-

ficaram, principalmente em 1937, a luta e perseguição aos penitentes remanescentes do núcleo que formou o arraial do beato José Lourenço.

Desse modo cuidará de fazer o levantamento topográfico da região, situando os sítios costumeiramente lembrados pelas testemunhas desses feitos: Mata dos Cavalos, Rasgão, Conceição, Cruzeiro, serra de Ouricuri e Pau de Colher.

A tarefa não será fácil em virtude de esses topônimos não figurarem nos mapas do Ceará, pelo menos, a exemplo, em dois de diferentes procedências: um editado pelo IBGE e outro pelo próprio Governo do Estado do Ceará; o primeiro, de 1969, e o segundo, de 1972, mas ambos caracterizados por boa apresentação cartográfica, inclusive exibindo a projeção de curvas de níveis, demarcantes da altura dos acidentes orográficos.

As datas em que sucederam os acontecimentos, como se sugere, não devem ser omitidas como freqüentemente ocorre na maioria dos textos, circunstância decorrente da insegurança, de certo, dos que documentam com açodamento.

Tomando a liberdade de alinhar, *data vênia*, os indicadores que me parecem mais importantes sobre o binômio penitentes-Caldeirão: a) plaqueta escrita pelo então Tenente José Góes de Campos Barros, *A Ordem dos Penitentes* (Imprensa Oficial, Fortaleza, 1937), texto limpo e de expressivo nível intelectual, apreciando inclusive a comunidade do Caldeirão; b) reportagem inserida na *Revista Policial*, edição do dia 26 de maio de 1937, sob o título: “Os sangrentos e impressionantes acontecimentos de Conceição, ao sopé da serra do Araripe”; c) o cap. IV do livro *Fanáticos e Cangaceiros*, de Abelardo F. Montenegro Editora Henriqueta Galeno; Fortaleza, 1973, pp. 83 e ss.; d) reportagem “A Chacina do Caldeirão”, assinada por Tarcisio Holanda e inserta no *Jornal do Brasil*, edição de 1 de fevereiro de 1981, não obstante a impropriedade do título; e) reportagem publicada na *Revista Policial*, no número 26, mês de agosto de 1936 (e divulgada antes no jornal *Gazeta de Notícias*, de 11.07 do mesmo ano, sob o título “O Drama Vermelho”, relatando “a descoberta dos planos moscovitas” no Ceará, “sistema de guerrilhas”, com detalhes sobre a morte de dois comunistas no interior do Estado, inte-

grantes da Comissão de Organização dos Campos, o que foi se verificar em luta armada contra a polícia.

O último tópico é importante pois sugere a expectativa de temor das autoridades policiais do governo à possibilidade de mais movimentos contestadores no interior do Estado, circunstância posta em dúvida pelos que ainda hoje dão por infundado esse receio, que está sugerido pelo então Tenente (e hoje General) José Góes de Campos Barros, em *A Ordem dos Penitentes*.

E o bombardeamento tão referido? No jornal *O Povo* (07.06.82) vê-se consignado: "Alfredo Dias foi incumbido do lançamento de duas bombas na serra"... de que resultou a morte de uma vaca. Segundo declaração do cap. Cordeiro Neto (*Revista Policial*, nº 34, Fortaleza, 1937, p. 30), foram realizados vãos "metralhando rudemente as barracas".

O romancista Luís Cláudio Aguiar (*Caldeirão*, José Olympio Editora, Rio, 1982) se pergunta dramaticamente: "Quantas pessoas foram atingidas pelas balas e pelas bombas incendiárias? Quantas?"

Ah, também bombas incendiárias...

Como pode observar o leitor, tanto na ficção como na projeção dos historiadores os fatos se confundem e cada narrador, infelizmente, é dono de sua verdade. Mas qual a mais provável, mais aceitável?

Portanto, cuidado de imaginar necessário olhar e ver a tragédia de Caldeirão com os olhos de ontem, o que quer dizer, procurando pelo menos absorver as razões (justificáveis ou não) que influenciavam as decisões do poder constituído naquele momentoso instante, político e social, vivido pelo País.

Árdua tarefa, sem dúvida, mas não impossível.